

Pereira, B. O. & Neto, C. (1999). As crianças, o lazer e os tempos livres, M. Pinto, M. Sarmento (coord.), Saberes sobre as crianças: para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998), pp. 85-107, Braga, Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho. ISBN 972-97323-4-5.

As crianças, o lazer e os tempos livres

BEATRIZ OLIVEIRA PEREIRA e CARLOS NETO

"Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística."

"...encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais em condições de igualdade."

Convenção sobre os Direitos da Criança (artigo 31.º)

INTRODUÇÃO

O lazer é uma palavra de referência na sociedade moderna. Aparece em revistas de grande difusão e na internet dando acesso a um conjunto de informação diversificada (desportos náuticos, xadrez, cinema, fotografia, etc.). Temos assistido à especialização dos serviços de apoio e promotores do lazer, tais como os agentes de viagens que articulam e organizam as viagens com os fins a que se destinam. Exemplos desta realidade são as viagens que têm por objectivo os espectáculos, visando o entretenimento, os concursos e os grandes parques temáticos mundiais, tais como a Eurodisney ou a Disneylândia.

Em 1995, Bento refere-se à transição gradual da sociedade de trabalho para a sociedade multifacetada em que a cultura, tempo livre e trabalho se interligam no quotidiano e em concepções fundamentais da vida. Podemos dizer que a sociedade moderna deixou de estar centrada no trabalho para se centrar no lazer. O trabalho era a maior virtude e o esforço individual e colectivo visavam a produtividade. Outros valores ligados ao bem-estar e ao prazer individual substituíram-no, centrados num conceito de liberdade, numa sociedade em que vivemos mais próximos uns dos outros em termos físicos, mas mais distantes quanto à proximidade social, apoio ao outro, cooperação e valores morais.

As pessoas trabalham e produzem bens, mas esta faceta da vida não dá a alegria de viver. Para compensar o "cinzento" do dia a dia, aparecem as grandes ofertas de lazer. Durante os períodos de férias, as famílias consomem uma parte significativa do seu orçamento familiar. Assim apareceu toda uma estrutura de base, de apoio à promoção do lazer.

Ao olhar para este fenómeno, parece ser necessário percebê-lo em diversas dimensões, nomeadamente sob o ponto de vista económico, para compreendermos qual a relação entre a percentagem de indivíduos ligados à indústria do lazer e ao conjunto das outras indústrias ou, por exemplo, saber qual é o capital envolvido neste sector comparando-o com outros sectores.

A industrialização provocou a mobilidade social assegurada, em particular, pelo êxodo do campo para a cidade, o que teve implicações sérias na urbanização das cidades com maior oferta de emprego. A industrialização levou ao pleno emprego seguida por um período de automação que conduziu ao desemprego. O tempo de trabalho ocupava o dia todo do operário. Para a mulher, que passou a trabalhar na fábrica e em casa cuidando das crianças e afazeres domésticos, não existiam períodos de lazer. O número de horas de trabalho reduziu, aumentando o tempo livre dos trabalhadores, ainda que alguns sindicalistas considerem que os progressos realizados a nível dos horários de

trabalho sejam escassos. O aumento do tempo livre visava sobretudo colmatar as necessidades dos trabalhadores de repor a energia, ou seja, compensar com o descanso o esforço realizado no tempo de trabalho, e a necessidade de dedicar mais tempo à família e em particular aos filhos. Contudo rapidamente apareceram outras necessidades, visando colmatar falhas relativas à instrução, que proporcione uma imagem de indivíduo culto.

A ruptura da rotina diária, caracterizada por uma grande dose de monotonia centrada no trabalho e suportada pelos valores que o regem, faz-se pelo recreio e práticas de lazer, transformado-o num tempo de esquecimento, de contestação e em muitos casos de destruição das regras.

Não deixa de ser interessante a preocupação crescente pela problemática dos tempos livres, num período controverso; uns dispõem de longos períodos de tempos livres contrastando com outros para quem esse tempo é quase inexistente. Esta contradição agudiza o problema nomeadamente na família, em que os pais não dispõem de tempo para conviver e dar atenção aos filhos enquanto estes dispõem de muitas horas livres nas quais não podem contar com o apoio dos pais. No topo, temos os desempregados que nem sempre gerem devidamente os longos períodos de tempo livre. Para estes existe muito tempo livre, mas o lazer é quase inexistente. Este tempo livre compulsivo conduz muitos jovens à autodestruição, à destruição dos outros, dos familiares e do património.

Analisando o problema da ocupação dos tempos livres sob o ponto de vista social para os dois grupos etários em que é mais premente, "o infante — juvenil" e "a terceira idade", verificamos que ambos comportam dois níveis de preocupações: uma é relativa aos seus próprios problemas como grupo e outra aos problemas da família e da sociedade que necessitam de se organizar para dar resposta às necessidades destes grupos, complementando o apoio da família. Assim, vamos enumerar alguns factores limitantes:

- a) o poder económico;
- b) as instituições de acolhimento durante o dia;

- c) as instituições de acolhimento permanente para situações particulares (abandono e maus tratos na infância e incapacidade de apoio domiciliário no geronte).

Os adultos têm uma parcela do dia preenchida pela actividade profissional, têm habitualmente um conjunto de tarefas impostas, obrigatórias, nomeadamente tarefas domésticas e apoio aos filhos, entre outras, ficando apenas com uma parcela restrita de tempo e espaço para gerir de forma autónoma, visando o repouso, o seu bem estar, a condição física, o convívio e a socialização. A mulher, para além da sua actividade profissional, tem normalmente um acréscimo da actividade resultante do apoio aos filhos e tarefas domésticas, mesmo sendo estas partilhadas pelo cônjuge.

Observamos o "jovem idoso" com a entrada na reforma, e verificamos que uma parte dos sujeitos se mantem activos, enquanto que outros passam a ter uma vida passiva e tornam-se dependentes da doença a curto prazo. Esta faixa etária ainda é caracterizada, para a população portuguesa, pelo analfabetismo literal ou conhecimentos rudimentares da escrita e da leitura. Estes idosos vivem muitas vezes em casa sós; por vezes, com familiares e deslocam-se nalguns casos a "Centros de Dia" ou a outros organismos de apoio à terceira idade, tais como a universidade para a terceira idade, onde têm oportunidade de conviver e partilhar os problemas com os seus pares. Noutros casos vivem em residências para a terceira idade ou lares, com maior ou menor privacidade, apoio, oferta de tempos livres e convívio.

O objectivo deste estudo é contextualizar a problemática dos tempos livres nas crianças portuguesas. Para o efeito, procuramos fazer uma recolha dos textos produzidos relativamente aos tempos livres e rotinas de vida da criança, como protagonista e relatora dessa realidade. Recorremos ainda a textos produzidos sobre a representação dos tempos livres na infância, na perspectiva do adulto.

Para melhor ordenação dos estudos apontamos quatro níveis de análise, ainda que nos detenhamos sobretudo no primeiro, aquele em que existe maior número de estudos em Portugal:

- a) conhecer o papel dos tempos livres na infância;
- b) identificar os contextos, mais especificamente os espaços e os equipamentos existentes;
- c) reflectir sobre as ofertas de práticas de lazer;
- d) inquirir sobre as instituições existentes na comunidade de oferta de tempos livres ligadas à comunidade.

Vamos clarificar o conceito de tempos livres/lazer seguido da análise desta problemática na infância. Uma segunda vertente em foco está centrada nos tempos e espaços de recreio nas escolas, a sua concepção e a segurança. Como terceira vertente vamos analisar a questão da actividade lúdica da criança, dos jogos e dos brinquedos. Finalmente vamos apresentar as investigações que contribuíram para percebermos as rotinas das crianças.

O CONCEITO DE TEMPOS LIVRES E DE LAZER

Segundo Gomes (1992), assistimos à explosão do lazer sendo este entendido como um valor que distingue ou que produz homogeneidade, o que está em conformidade com a realidade heterogénea que é o lazer, já que provém de múltiplos «determinismos»¹ económicos e políticos de origem social.

O debate sobre a conceptualização do tempo livre partiu da dicotomia trabalho versus tempo livre, sendo este entendido como tempo residual, aquele que resta após o tempo laboral. O tempo livre é entendido como tempo de reposição da força do trabalho (tempo de descanso) e o tempo que possibilita a formação do cidadão no sentido da

¹ Expressão e aspas do autor.

sua tomada de consciência cívica e dos seus direitos laborais, podendo dessa forma ficar apto para os reivindicar. Esta perspectiva restringe a visão dos tempos livres para a fase produtiva do homem/mulher, eliminando os períodos etários cada vez mais longos em que o trabalho produzido não é remunerado como a infância e a terceira idade, em que dispõem de maiores períodos de tempo para gerir, sem constrangimentos ou imposições exteriores, nomeadamente as resultantes do trabalho.

Kelly (1972) refere-se ao lazer numa quadrangulação abrangente:

- a) o lazer puro, escolhido e independente;
- b) o lazer coordenado, determinado e independente;
- c) o lazer complementar, escolhido e dependente;
- d) o não lazer, determinado e dependente. Dumazedier (1972) apresenta-nos um conceito de lazer/tempos livres mais consentâneo com a infância, sendo entendido como lazer o tempo gerido pelo próprio, sem imposições extrínsecas.

Num estudo recente sobre o lazer, Mota (1997) caracteriza o conceito de lazer baseado em factores relativos a experiências individuais, tais como atitudes, valores, predisposições físicas, características emocionais e de grupo; o meio ambiente e a valorização das experiências de lazer.

Em 1979, Brito demonstrou alguma preocupação nesta área apontando para a necessidade de respostas que visem a promoção de práticas neste âmbito. Freire (1989) aponta-nos para a evolução do conceito de tempo livre associado ao horário fixo de trabalho (com o período da industrialização em que o tempo livre aparece com uma característica de residualidade) para o conceito de lazer centrado em si mesmo. Pereira (1993) refere-se a dois níveis de tempo livre: um gerido individualmente, associado a uma decisão momentânea, sem constrangimentos, visando o repouso, o divertimento, o bem-estar e o convívio — o lazer puro; outro visando directamente uma apren-

dizagem (aprender inglês, a nadar, etc.) ou visando resultados práticos como as reparações domésticas, tricots, jardinagem, etc. — lazer orientado para um objectivo.

Pereira & Neto (1997) referem-se aos tempos livres assentes em dois pressupostos: a capacidade de decisão do indivíduo e a de ser capaz de fazer algo. Sendo as capacidades do indivíduo condicionantes das opções de lazer, a escola, a família e a comunidade contribuem para limitar a capacidade de decisão de cada um, ao terem limitado as aprendizagens do passado. Quanto mais reduzidas forem as experiências na infância, menores são as capacidades de opção, já por si bastante limitadas pela oferta.

O estudo do tempo livre comporta três dimensões: o lazer (a liberdade de escolha que visa a autoformação); a violência (a liberdade de escolha que visa a destruição); o tempo livre, semi-trabalho imposto de forma extrínseca, como as aulas de apoio exteriores à escola e as tarefas domésticas.

Analisando os estudos produzidos sobre o conceito de lazer e tempos livres, parece não ter sido dada voz às crianças, consequentemente não conhecemos a sua perspectiva sobre o que é que entende por tempos livres e lazer.

Os termos lazer e tempos livres são muitas vezes usados como sinónimos, tendo o lazer uma conotação positiva de um direito adquirido, para a sua autoformação, repouso e liberdade de opção da actividade a realizar. O termo “tempo livre” aparece associado à ideia de liberdade numa escolha gratificante que vise a sua autoformação, recreação e bem-estar ou, pelo contrário, à ideia de um tempo imenso que não se sabe como preencher-lo (desempregados), ou ainda ao tempo de fuga, de destruição. Este é o lado “negro” dos tempos livres, nomeadamente pela iniciação ao tabaco, álcool e drogas ilegais, como forma de afirmação da criança. Este grupo corre sérios riscos de se constituir como grupo marginal, originando sérias preocupações na comunidade. Estas situações de risco têm preocupado os pais, os professores e a comunidade em geral.

MODELO DE GESTÃO DOS TEMPOS LIVRES

Retomando a análise centrada nas crianças verificamos que estas estão sujeitas a um período escolar longo, não existindo uniformidade nos tempos livres a que têm acesso, dentro ou fora da escola, quer relativamente à quantidade quer à qualidade. Podemos apresentar basicamente quatro paradigmas de gestão dos tempos livres, que correspondem a níveis diferentes de autonomia para a criança:

- ficam em casa ou na rua entregues a si mesmas sem o apoio dos pais ou de outros adultos;
- ficam em casa com o apoio dos pais ou de outros adultos;
- ficam em instituições de Actividades de Tempos Livres (ATL)²;
- frequentam várias actividades extracurriculares (explicações, natação, inglês, computadores, etc.).



Fig. 1 — Modelos de gestão dos tempos livres

² Estas instituições recebem crianças dos 6 aos 10 anos, que frequentam o ensino básico no 1.º ciclo, sobretudo para aqueles que têm aulas durante um período do dia (manhã ou tarde).

A criança, que fica em casa ou na rua só, age livremente. Em contrapartida, é uma criança solitária e corre riscos de segurança. A criança que fica em casa com os pais/familiares tem liberdade, não sente a solidão e está em segurança. A criança que frequenta uma instituição de "Actividades de Tempos Livres" está sujeita a uma liberdade controlada, em segurança. A criança que realiza inúmeras actividades ou está na competição desportiva, teve liberdade de opção na escolha destas práticas para as entendermos como lazer (se forem impostas pelos pais, não são lazer), contudo a liberdade de gerir o tempo é diminuta, sendo condicionada pelas actividades a realizar. São crianças que têm horários rígidos dentro e fora da escola com pouco tempo para a brincadeira espontânea.

Estes modelos tipificam os tempos livres de muitas das nossas crianças. Há contudo modelos mistos, como por exemplo: a criança permanece numa instituição (ATL) e desloca-se à piscina para a aprendizagem da natação.

OS TEMPOS LIVRES E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Na infância, os tempos livres são preenchidos sobretudo pelas actividades lúdicas ou jogo. A criança brinca antes de ir para o jardim de infância, escola primária ou 2.º ciclo. Como refere Iturra (1992), cada petiz joga e brinca em bandos provando as suas habilidades para inventar recursos de lazer, assim como para criar os seus próprios modelos de relações sociais. Estes tipos de brincadeiras variam ao longo dos anos com a aquisição de novas competências motoras, sociais e intelectuais, dando realce às aprendizagens tecnológicas que permitem o acesso à televisão, ao vídeo, aos jogos electrónicos diversificados e ao computador.

A criança até aos três anos brinca em casa e na creche, brincar é a sua vida. Brincar é um fenómeno permanente e complexo; por um lado é a vivência mais natural e espontânea da criança; por outro é começar a dar

sentido às coisas no processo evolutivo de ser capaz de usar um objecto ou uma situação (Onofre, 1997).

O bebé não necessita de espaços muito amplos nem de materiais complexos. Um dos objectivos do movimento é a exploração do espaço. Começa por ser muito limitado para os bebés, alarga-se à medida que a criança começa a gatinhar, e aumenta de forma definitiva com a aquisição da marcha e corrida, competências motoras que lhes permitem maior domínio do espaço. Estas competências são determinantes para a socialização da criança pois permitem a sua aproximação dos pares e promovem a comunicação. O choro, o gesto e a expressão facial são formas básicas de comunicação que dão lugar a formas mais elaboradas, com a aquisição da linguagem oral, melhorando as relações entre as crianças.

Em particular até aos 6 anos, a criança é motivo de numerosas preocupações nomeadamente a nível da saúde, segurança e bem-estar. Estas são acrescidas pelas necessidades de desenvolvimento a nível das competências sociais, cognitivas e motoras. Aparecem as primeiras ofertas institucionais de tempos livres, visando o desenvolvimento de competências motoras, musicais, adaptação ao meio aquático, etc. como por exemplo; "a natação para bebés", a ginástica, o ballet e a iniciação musical.

É contudo no período dos 6 aos 10 anos, período em que a criança frequenta o 1.^o ciclo do ensino básico (escola primária), que o recurso a práticas institucionalizadas começa a abranger uma pequena parcela da população. Esta fase prolonga-se pelos 10-12 anos como formação desportiva ou musical não especializada³. Nestas idades a criança pode ter experimentado diversas modalidades (natação, música, futebol, ballet, karaté, ténis, equitação, vela, canoagem, dança, etc.) sem que exista qualquer compromisso com a competição. É nesta fase que

³ Para algumas modalidades desportivas como a "ginástica desportiva" as crianças já estão em fase de treinos intensos e de especialização. Esta especialização está relacionada com a modalidade, a orientação e objectivos do clube ou entidade particular ou associativa responsável e pelos próprios treinadores ou técnicos.

começa a fazer as suas opções em função das suas motivações, e abraça ou não a competição.

O lazer com o objectivo da formação da criança visa colmatar a oferta limitada das nossas escolas, compensando o currículo único. Vai de encontro aos centros de interesse da criança de forma a favorecer a sua auto-estima, visando o seu desenvolvimento motor, musical, intelectual e cultural. Tem por objectivo um desenvolvimento complementar abrangendo três vertentes: o desenvolvimento motor, o artístico (educação musical, educação plástica, drama, teatro, etc.) e o cultural, nomeadamente através da aprendizagem de línguas estrangeiras, em particular das mais valorizadas socialmente.

OS TEMPOS LIVRES DA CRIANÇA NA COMUNIDADE E NA ESCOLA

Para uma análise criteriosa da problemática dos tempos livres na criança definimos dois níveis de percepção dos problemas: os tempos livres na comunidade e os tempos livres na escola. Normalmente quando falamos de tempos livres referimo-nos aos períodos do dia que a criança não está na escola e, como tal, cabe à família encontrar soluções para estes períodos. Contudo, na escola, onde a criança passa uma boa parte do dia, existem longos períodos de tempos livres (Pereira, Neto & Smith, 1997) sobre os quais é urgente reflectir e tomar medidas: a) a nível do melhoramento dos espaços de recreio; b) quanto à oferta de práticas diversificadas (Pereira, 1997). À escola compete desenvolver competências na criança que lhe permitam gerir o seu tempo, em particular o tempo livre, favorecendo a sua autoformação. A homogeneização de grupos de tempos livres, por centros de interesse, é factor de desenvolvimento social. Para uma compreensão mais aprofundada dos problemas de tempos livres escolares e dos recreios, sugerimos a leitura do trabalho recente de Pereira, acima referido sobre a prevenção das práticas agressivas das crianças nos recreios das escolas.

Relativamente aos tempos livres na comunidade, cabe à Autarquia garantir às crianças e aos jovens condições para o acesso à prática desportiva, tendo como missão facultar o direito de opção e a qualidade do desporto que se avalia através das condições materiais, dos meios técnicos, dos recursos humanos, das condições higiénicas, das condições de aprendizagem e dos valores éticos e culturais, segundo Constantino (1991).

A especificação de alguns temas na análise dos tempos livres permite organizar linhas orientadoras:

- a) as rotinas de vida das crianças e o papel dos tempos livres;
- b) as instituições comunitárias com responsabilidades nos tempos livres;
- c) a oferta de espaços de lazer na comunidade;
- d) as práticas e preferências nos tempos livres;
- e) a oferta de tempos livres na escola e a gestão personalizada desses tempos;
- f) os espaços formais e informais de tempos livres na escola (exteriores e interiores) e equipamentos lúdicos de apoio;
- g) os tempos livres e a autoformação — o lazer;
- h) os tempos livres, a violência entre pares e a danificação do património escolar;
- i) os tempos livres e a acessibilidade a drogas legais ou ilegais.

Para cada uma das linhas apresentadas analisamos a literatura existente, produzida em Portugal, sendo no entanto a informação escassa em algumas das perspectivas apresentadas.

O USO DOS TEMPOS LIVRES PELA CRIANÇA

Num estudo recente de Pinto (1995) sobre o papel da televisão no quotidiano das crianças no Distrito de Braga, foi demonstrado que não existe uma, mas várias infâncias;

que as crianças usam muito do seu tempo livre a ver televisão e fazem-no com prazer, e finalmente parecem apreciar as actividades realizadas ao ar livre. Santos (1991) afirmou que 95% das crianças portuguesas dos 3 aos 7 anos vêem televisão diariamente (80,5%) ou quase todos os dias (14,4%). Pais, em 1989, num estudo sobre a juventude (até aos 25 anos) afirma que os jovens de estrato social mais baixo são os que em média mais televisão vêem.

Pereira (1993), realizou um estudo sobre a ocupação dos tempos livres das crianças dos 3 aos 10 anos em diferentes contextos sociais, com uma amostra de 195 crianças constituída por quatro grupos: jardim de infância do meio rural; jardim de infância do meio urbano; ensino básico do 1.º ciclo e do meio rural; ensino básico do 1.º ciclo e do meio urbano; verificou que algumas práticas variam com o meio urbano ou rural, o nível de ensino e a posição social, sendo as diferenças relativas ao género menos acentuadas. As práticas mais frequentes foram “ver televisão”, “brincar com brinquedos comerciais”, “os jogos de grande envolvimento físico” e “brincar com materiais naturais”, como a areia e a terra.

Pereira & Neto (1994, 1995), numa investigação realizada com o objectivo de identificar as práticas de lazer realizadas e preferidas pela criança dos 3 aos 10 anos, em entrevista guiada à criança, verificaram que para uma grande percentagem de crianças aquilo que fazem e que preferem não são coincidentes. Analisando a amostra para as crianças até aos 5 anos e dos 6 aos 10 anos verificamos que essa concordância diminui para as crianças mais velhas, do segundo grupo. Pelo contrário, o paradigma das práticas e das preferências é idêntico quando consideradas as crianças na sua globalidade.

Serra (1992) num estudo sobre a actividade lúdica de crianças dos 6 aos 9 anos de meios sócio-culturais variados (urbano, misto e rural) verificou que as crianças da aldeia realizam mais jogos tradicionais do que as dos outros dois meios. Por outro lado, estas crianças têm mais brinquedos comerciais, nomeadamente electrónicos, robóticos

e informáticos, do que as do campo, onde constroem mais os seus próprios brinquedos do que nos restantes contextos.

A este propósito Amado (1992) concluiu que a educação popular se reflecte nos brinquedos construídos e usados nos seus jogos, em particular nas zonas rurais. O autor refere-se a numerosos brinquedos tais como: bonecas de papoila, coroas de flores, bem-me-quer e mal-me-quer, colares, grinaldas, pífaros de cana, assobios, relas, papagaios, etc.

Ao falarmos nos brinquedos tradicionais parece-nos oportuno referir os jogos tradicionais, uma das vertentes de ocupação dos tempos livres das crianças. Crespo (1989) menciona Portugal como um país pioneiro no recordar dos seus jogos e das suas tradições. Guedes (1993) refere-se aos jogos tradicionais como manifestações que visam ilustrar a riqueza cultural, social e artística destas actividades, com características físicas e de relacionamento entre as crianças, bem como contribuir para o melhor conhecimento das culturas de uma região ou país. Sousa (1986) refere-se aos jogos tradicionais realizados na serra de Alvão, em Trás-os-Montes. Cabral, em 1991, descreve numerosos jogos populares infantis realizados também na área de Trás-os-Montes que demonstram o papel destas actividades na vida da criança.

Dos 3 aos 5 anos cerca de uma em cada dez crianças tem uma actividade de tempo livre sistematizada, aumentando para quatro em cada dez entre as que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico (Pereira, 1993). Este estudo não se debruça especificamente sobre as crianças com elevado número de horas de treino ou diversas práticas numa vertente da ocupação excessiva do tempo livre.

Recentemente, em conformidade com Neto (1995b), existe alguma preocupação dos adultos em ocupar e controlar todos os tempos livres da criança com actividades que visem aprendizagens úteis. A liberdade de escolha que caracteriza as práticas de lazer é por vezes diluída pela competitividade escolar e necessidade de preparar o futuro. Assim, os tempos livres da criança passam a ser controlados pelo adulto com o

objectivo de não desperdiçarem tempo e fazerem aprendizagens exigidas pela sociedade moderna que a escola raramente oferece. Este problema parece estar ligado aos centros urbanos e a camadas sociais mais elevadas. A este propósito Neto (1994) salienta:

“... a organização dos quadros de vida da civilização moderna está a ser inflacionado por modelos rígidos, pré-programados e muito pouco flexíveis. É fundamental o tempo para a família, de modo que a criança possa ter tempo disponível e espaço para poder realizar as suas actividades de lazer. Muitas têm no seu dia a dia actividades repetitivas e de rotina sem retirarem delas qualquer prazer”.

Procurando reflectir sobre quais são as representações dos educadores de infância sobre “brincar”, Azevedo (1995) refere que grande parte das actividades em que a criança se envolve no dia a dia são vistas pelos educadores como sendo brincadeiras, indo de encontro à ideia bastante abrangente de que “tudo que a criança faz é brincar”. Actividades de acção (motoras) ou passivas (ver televisão) são entendidas como brincadeiras.

AS INSTITUIÇÕES E OS TEMPOS LIVRES

Há instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que promovem os tempos livres, tais como as associações desportivas, recreativas, culturais e humanitárias. Os tempos livres promovem a homogeneização de pequenos grupos em torno de determinado centro de interesse, mas indubitavelmente favorecem a diferenciação social. A oferta de tempos livres é muito variada mas, em muitos casos, não é acessível a todos. São factores condicionantes a capacidade económica, a localização, as características pessoais e a experiências de vida. Nesta perspectiva, o efeito do lazer em termos sociais é diferenciador.

As actividades de tempos livres (ATL) ou a ocupação de tempos livres (OTL) são duas designações que aparecem em instituições como os jardins de infância ou outras para receber as crianças durante a parte do dia em que não estão na escola. Nestas instituições realizam práticas com características de tempos livres, com o apoio de um educador, e em segurança. Estas instituições têm proliferado nas áreas urbanas e mesmo rurais. Os pais optam por enviar os filhos para estas instituições, devido à idade baixa das crianças e à impossibilidade de os receberem em casa, após o período escolar.

O Escutismo, sendo uma prática cultural com grande tradição nas crianças e jovens portugueses, proporciona a dinamização dos tempos livres de muitas crianças que não têm acesso, nalguns casos, a outras práticas organizadas. Visa a educação, a socialização das crianças e a aprendizagem de valores tais como o espírito de entreajuda, a cooperação, a amizade, a superação do risco, e a saúde. Assenta em actividades ao ar livre em contacto com a natureza, e no esforço físico. Os uniformes, os acampamentos e as longas caminhadas são imagens que caracterizam estes grupos, em conformidade com as linhas do seu fundador Baden Powell.

Relativamente à criação de espaços interiores de tempos livres para a infância vamos referir as ludotecas que desde 1983 foram promovidas e divulgadas pelo Instituto de Apoio à Criança (Neto, 1992). Foram estabelecidos contactos internacionais, organizadas sessões de divulgação e foi promovido o 1.º curso para ludotecários. Foram organizadas conferências nacionais e surgiu a primeira Associação de Ludotecas, segundo o referido autor.

Ferreira e Neto (1991), num estudo sobre as ludotecas portuguesas verificaram que são as crianças de estratos sociais mais baixos ou médios as que mais procuram estes espaços de lazer. Verificaram ainda que os jogos e os brinquedos são escolhidos de acordo com as idades: os jogos simbólicos são escolhidos pelas crianças dos 3/6 e 6/9 anos; os jogos de construção aos 6/9 e 9/12 anos e os jogos de regras pelas crianças dos 9/12 anos.

OS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER

O espaço, para os sociólogos, é essencialmente um local de interacção entre indivíduos e os grupos sociais onde se jogam lutas, antagonismos, compromissos e solidariedade; é uma fonte de regulação social (Cunha, 1993). Este conceito de espaço é fundamental para o desenvolvimento do jogo. As características dos recintos, de pequenas dimensões aos grandes espaços, são condicionantes de jogo, em particular do desporto.

Ao falarmos dos tempos livres falamos dos espaços muito diminutos (a noção do próprio corpo), de espaços pequenos propícios aos primeiros jogos infantis, para os alargarmos ao espaço desportivo de grandes dimensões até ao espaço mais amplo, a região ou o mundo, sobretudo equacionado na vertente das viagens, do turismo e do desporto de competição.

Em Portugal, tem-se dado pouca importância aos tempos livres, o que se reflecte, em particular, na planificação e gestão dos espaços de lazer (Pereira, 1993).

Os espaços tradicionais de tempos livres limitavam-se a colinas próximas das cidades, um espaço de lazer de fim de semana, onde o culto religioso, o passeio e o convívio familiar coexistiam numa simbiose de lazer e devoção. Aí frequentemente existe uma capela, alguns serviços de apoio (cafés, restaurantes, água, casas de banho, etc.), vistas panorâmicas sobre a cidade e por vezes ofertas de práticas de lazer (barcos a remo, gaivotas, etc.). Estes espaços são sobretudo áreas de lazer de fim de semana que favorecem o convívio entre amigos e familiares.

Posteriormente foram desenvolvidos espaços de lazer mais funcionais e mais próximos das áreas de residência, em zonas verdes. Apareceram assim os circuitos de manutenção no início dos anos 80. Tal como o nome indica, trata-se de um conjunto de equipamentos colocados em espaços amplos de forma ordenada e com indicações sobre a sua utilização, de forma a que a sua utilização individual, em conformidade com o tempo disponível de cada um, favoreça a condição física. Contudo, estes espa-

Na planificação dos espaços de recreio, Serra (1997) afirma que sem a participação/intervenção por parte das crianças, principais interessadas, não seria possível elaborar um projecto capaz de responder de forma eficaz às necessidades motoras, sociais e afectivas da criança bem como às suas ansiedades.

A planificação dos espaços de jogo pressupõe a constituição de uma equipa polivalente. Para o melhoramento dos recreios nas escolas, Pereira, Neto & Smith (1997) afirmam ser necessário uma equipa constituída por professores, Director ou Conselho Directivo, grupo de alunos com diferentes perspectivas sobre estes espaços e serviços técnicos especializados (arquitecto ou engenheiro). Sempre que o objectivo seja o melhoramento de espaços já existentes, os autores dizem que, para além da constituição da equipa, é necessário observar o uso dado pelas crianças a cada recanto e questioná-las no sentido de perceber o que é que elas gostariam de ter nos seus recreios e, assim, envolvê-las no projecto.

Outro aspecto a considerar na construção destes espaços é a segurança⁴, sem retirar o risco controlado. O Decreto-Lei n.º 379/97⁵ estabelece normas relativas à segurança dos espaços lúdicos. Em HCM/KE (1996) encontramos um conjunto de recomendações sobre a segurança dos parques em zonas residenciais e escolas. Faz também algumas recomendações à arrumação dos espaços e escolha de equipamentos.

Faria (1995) Consultor de Infraestruturas Desportivas, refere-se à gestão da segurança nos espaços desportivos, sugerindo que em determinadas circunstâncias que fosse consagrada a figura do "gestor de segurança".

⁴ Informações detalhadas sobre o brincar em segurança têm sido difundidas no Boletim da Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI).

⁵ Publicado no Diário da República — 1.ª Série — A de 27 de Dezembro (6804-6811).

CONCLUSÕES

Fazendo uma síntese das investigações realizadas, verificamos que estudos muito diferentes a nível das idades estudadas, metodologias e dimensão da amostra apontam para o uso muito frequente da televisão no dia a dia das crianças portuguesas; o prazer que tal prática lhes proporciona; e a incorporação destes tempos nas suas vidas de forma natural, tal como a marcha, a corrida, o saltitar ou o brincar. Contudo, como refere Pinto (1995), o recurso à televisão é muitas vezes resultado da ausência de alternativas mais gratificantes; a criança, se puder escolher entre um piquenique ao ar livre ou ver o seu programa de televisão preferido, opta pelo primeiro. Sendo os jovens de estrato social mais baixo aqueles que mais televisão vêem (Pais, 1988), esta pode não ser a sua primeira opção na ocupação dos tempos livres mas, devido ao reduzido leque de opções que se lhes oferece, parece ser a mais disponível.

Verificamos ainda que as práticas realizadas pelas crianças variam em conformidade com os meios (urbano e rural), em conformidade com Serra (1992) e Pereira (1993). Devemos falar não da infância no singular, mas de muitas infâncias, como refere Pinto (1995). Outra das conclusões é ausência de concordância entre a prática mais realizada e a primeira preferência, quando analisadas para cada criança (Pereira & Neto, 1994, 1995).

Os espaços de lazer nas áreas de residência são cada vez menores e mais perigosos (Neto, 1979; Pissarra, 1993). Recentemente tem existido por parte das autarquias alguma preocupação na construção de espaços nas zonas urbanas. Nas escolas também é necessário prestar grande atenção ao recreio, um espaço que tende a ser esquecido como espaço pedagógico e de desenvolvimento da criança (Pereira, 1993).

Para concluir, formulamos algumas questões. As crianças e os jovens estão a ser educados para uma sociedade de lazer que se avizinha? Que formação é dada nas escolas visando a gestão dos tempos livres? A escola

está interessada e acredita na utilidade da oferta de práticas e áreas de lazer, à criança? E a comunidade? São factores de socialização e de protecção da criança, os grupos de lazer constituídos a partir de centros de interesse comuns? Para responder a estas questões é necessário produzir mais investigação que permita um conhecimento mais aprofundado desta realidade, na infância.

REFERÊNCIAS

- CALLOIS, R. (1958). *Les jeux et les hommes*. Paris: Gallimard.
- DUMAZEDIER, J. (1972). *Vers une Civilization du Loisir?* Paris: Editions du Seuil.
- KELLY, J. (1972). Work and leisure. Simplified paradigm. *Journal of Leisure Research*, 4, 50-62.